

Especial Automóveis



- * Saiba como e quando trocar o óleo do seu carro
- * Aprenda a tirar o veículo preso da areia ou da lama
- * A máquina também comunica com o condutor
- * Perceba o porquê da importância da revisão do seu automóvel

Págs. 10 a 13

Eduardo Vítor Rodrigues, recandidato à Concelhia Socialista

Págs. 4 a 7



“Vou vencer democraticamente o PS Gaia”



Sapadores de Gaia festejam 173 anos

Pág. 2

CDU e BE votam contra contas da CMG

Pág. 3

Nova creche em Pedroso inaugurada

Pág. 4

Candidato *quase* disponível



O PS Gaia está em campanha interna. O atual líder, Eduardo Vítor Rodrigues, provavelmente irá suceder a si próprio. Pelo terceiro mandato consecutivo. Mas, a 2 de junho, os militantes gaienses deverão estar a escolher, em simultâneo, o nome que encabeçará a lista nas próximas Autárquicas. Eduardo Vítor é o candidato natural e consensual. Está na liderança da vereação socialista, travou a campanha como braço direito (ou esquerdo politicamente falando) de Joaquim Couto, em 2009, e há muito tempo tem sido o rosto, o mentor e o executante de muitas ações do PS. É, portanto, ao nível municipal, o nome que mais satisfaz a esquerda rosa. Nesta entrevista, o académico diz que nunca foi 'profissional da política'. Pelo contrário. Nem espera nada do que do cargo possa advir. Também aqui, o agora 'tri' candidato ao PS, assegura que os vereadores da oposição têm desempenhado bem o papel que lhes foi confiado. Sem radicalismos e com consciência. Faz duras críticas aos seus opositores que não tiveram coragem de apresentar lista contra ele. E faz críticas mais ferozes a "alguns" autarcas. Um "vice-presidente", em exercício, que recentemente "ganhou novas funções" e que vai potenciando ou minimizando o desenvolvimento das freguesias conforme "os humores". 'Dedicado a Gaia', confunde-se entre o que é partidário e o que é municipal. Podem ser duas eleições diferentes, mas o candidato... avizinha-se o mesmo! Os militantes que decidam...

'Dedicado a Gaia' é o nome desta candidatura. Está dedicado ao PS Gaia ou dedicado ao município de Gaia?

Neste momento, o projeto do Partido Socialista para Vila Nova de Gaia confunde-se com os interesses do concelho. Assuntos como o emprego, o controlo da dívida do município, como a satisfação de algumas exigências de grupos sociais que estão a ser relativamente abandonados (como os idosos e a primeira infância) são prioridades técnicas e ideológicas do PS que se confundem com os objetivos e necessidades do próprio município. Em bom rigor, sinto-me dedicado ao município num contexto de um partido político que defende, claramente, aquilo que o município precisa.

Esta é uma recandidatura de continuidade?

É uma 'tri-recandidatura'. É bom lembrar que assumi liderança do PS Gaia em 2006, num tempo muito difícil, em que o partido vivia um período difícil de divisão. Até agora não foi um caminho muito longo, ate foi curto, mas foi um tempo muito denso. Passamos por umas eleições Autárquicas, por um processo de reunificação, de reconstrução do nosso ideário...

Antes ou após as eleições Autárquicas?

Ambas. O dr. Joaquim Couto teve aqui um papel fundamental. Aliás, a estratégia de vir uma pessoa de fora correspondeu a este objetivo: trazer a Gaia alguém que viesse por cima das minúsculas conflitualidades que ainda poderiam existir. Claro que ficaram duas ou três conflitualidades abertas que tiveram exclusivamente que ver com a feitura das listas municipais e à assembleia municipal, mas não me sinto vítima disso. Ainda agora o secretário-geral deve críticas brutais de quem mais o apoiou, exatamente por problemas de listas. O problema das listas temos de saber ultrapassar, desde que não ponham em causa o que é funda-

mental, que é a unidade e coesão do partido.

Quando vai às secções apresentar o projeto 'Dedicado a Gaia', quais são as propostas que identifica?

Em primeiro lugar, o meu grande objetivo é avaliar o que já foi feito. Eu não caí de para quedas no município e, por uma questão de credibilidade e ao mesmo tempo de dignidade, porque sinto honra no passado de liderança no partido, tenho de sujeitar os militantes a uma espécie de introspeção retrospectiva do que foi feito. Acho que foi feita muita coisa importante pelo partido.

Essa avaliação é feita apenas do ultimo mandato ou desde 2006?

Desde 2006. Não renego o meu contributo, mesmo antes de 2006, quer enquanto autarca de freguesia quer no partido enquanto membro do secretariado concelhio. Não renego absolutamente nada e acho que foram contributos importantes que num determinado contexto se justificaram. Agora, sobretudo faço a avaliação dos seis anos que liderei o PS com muito empenho, muitas dificuldades como é sabido, mas ao mesmo tempo de um processo de... não lhe quero chamar de reconstrução, não tenho essa ambição, mas de tentativa de reorganização de quase tudo. Inclusive das nossas próprias respostas para o município. Acho que os militantes hoje têm a possibilidade de escolher entre um candidato que apresenta um historial, para o bem ou para o mal, os militantes o dirão, ou então escolher uma espécie de um tiro no escuro e uma série de propostas vagas para o futuro. Claro que depois de fazerem esta avaliação faço uma espécie de diagnostico mais prospetivo daquilo que daqui recorre para o presente e para o futuro. Em primeiro lugar, temos tentado que o nosso modelo de intervenção seja sério, que não passa por

radicalizações de posições, porque só radicaliza quem não tem ideias, só desata aos berros quem não consegue afirmar opiniões, e ao mesmo tempo um modelo de grande proximidade com as freguesias, com os autarcas e, dentro do possível, com as instituições e associações de uma forma geral.

Essa proximidade deve ser mantida ao longo do ano e não apenas neste tempo de eleições...

É. Pelo menos desde a campanha de 2009, essa proximidade tem sido mantida e em alguns casos reforçada. Mas há momentos de concentração de outras prioridades. Não escondo que, no segundo semestre de 2011, houve uma concentração muito grande do partido na discussão de assuntos ligados ao Livro Verde e à reorganização do poder local e, nessa altura, se calhar os níveis de proximidade diminuíram, mas de uma forma geral acho que tem sido mantida a proximidade.

"Disponibilidade condicionada" e 'destaxação'

Mas falemos das propostas que apresenta aos militantes...

Na apresentação divido as propostas em dois grupos: as propostas num contexto muito direto partidário e as propostas ligadas ao município. Podem levantar a questão, mas porquê apresentar propostas ao município? Porque estamos também a escolher o candidato à câmara? Quero que os militantes saibam que, no meu caso, quando votarem no dia 2, não estão apenas a votar no presidente da concelhia, estão a votar num projeto autárquico, que é muito mais do que a escolha do presidente da concelhia. Portanto, do ponto de vista partidário, aquilo que os militantes sabem é que podem contar com um projeto que envolve um

esforço por trazer a Vila Nova de Gaia, em articulação com o Porto, um processo de coligações à esquerda, ou pelo menos de diálogo para perspectivar que isso possa acontecer, não é um processo fácil; uma disponibilidade condicionada, como gosto de chamar, de candidatura ao município e depois alguns aspetos que tem que ver com o funcionamento interno. A forma como essa candidatura vai nascer está claramente marcada pelas diretas e pelo objetivo que tenho de efetuar diretas em Gaia. Claro que o que gostava mesmo eram as primárias, num modelo absolutamente aberto, mas isso estatutariamente não é possível. Isto do ponto de vista partidário. Do ponto de vista concelhio, há meia dúzia de aspetos que para nós são absolutamente essenciais: a 'destaxação' do município...

Isso não é uma espécie de promessa eleitoral das pouco concretizáveis?

Não! Não porque consigo demonstrar que não se trata apenas de uma mera promessa redução de taxas progressiva (sempre numa base progressiva), mas em alguns casos é um ajustamento no modelo de redistribuição das taxas de forma a ter a mesma receita no final e a ter impactos diferentes nas famílias. Dou um exemplo: não faz sentido que a água que se consome para fazer uma sopa custe o mesmo por metro cúbico que a água que enche uma piscina. O PS proporá, aliás, um debate que já tem sido feito, mas relativamente ao qual a maioria não está disponível, é claramente rever todos os processos de licenciamentos de todas as piscinas do concelho e assumir que cada piscina tenha um contador específico taxado de maneira diferente, ou com a água taxada de uma maneira diferente daquela que é taxada nos domicílios gaienses. O que se pode ter aqui? Um exemplo muito simbólico de como, mantendo a receita final, tem uma redistribuição com alguma equidade. Segundo exemplo: o município, liderado pelo PS, continuará a oferecer os livros escolares às crianças do primeiro ciclo, embora com um debate sobre a questão da dimensão fiscal na atribuição dos livros. Não tenho a certeza que a universalidade da oferta seja o critério final. Admito que seja. Acho que as classes médias estão a ser de tal maneira massacradas que justifica estas pequenas benesses...

Esta é uma boa medida da autarquia?

É uma boa medida. O que nós faremos é que tenha um impacto local. Ou seja, quem entrega o cheque-livro e os 25 euros de cheque de material escolar é a junta de freguesia, direcionada para o comércio local, a papelaria, a livraria, o que for, mas da freguesia. Isto pode fazer a diferença, sobretudo em freguesias do interior, entre a livraria ou papelaria chegar ao final do ano e colapsar ou ter alguma capacidade de sobrevivência. Mas sempre acoplado isto a uma exigência que é pagar atempadamente os livros escolares e não estar à espera que venha o próximo ano letivo para pagar os do ano letivo anterior. Dois exemplos da 'destaxação'. Não queremos apresentar medidas demagógicas porque as pessoas hoje tem suficiente noção da realidade para perceberem quando estamos a ser sérios e quando estamos a ser irrealistas. E a dívida do município não é compatível com a ideia de que agora se corta nas receitas à vontade e consegue-se fazer a mesma obra. Não é verdade. A 'destaxação' tem este propósito: refletir sobre o modelo de redistribuição das taxas, tarifas e impostos de Vila Nova de Gaia. Depois um domínio que acho que tem sido particularmente esquecido que é o que diz respeito à educação. Fico muito sensibilizado quando vejo



António José Seguro, secretário geral do PS, com Eduardo Vítor Rodrigues, durante visita a Vila Nova de Gaia

a câmara municipal abrir as cantinas escolares para dar refeições nas férias do natal e nas férias da páscoa. Admito que isso seja importante. Mas o PS não se pode contentar com isto. O próprio município não se pode contentar com isto! O que faz sentido é que o município tenha um ATL montado nestes períodos, que consiga dar a refeição, mas ao mesmo tempo criar um esquema pedagogicamente sério de atividades extra curriculares para crianças.

E não existe em Gaia?

Muito pouco. Existe em Oliveira do Douro que deixei. Ou então existe nas IPSS's que o têm montado e tem custos sérios. Refiro-me a um serviço destes montado no próprio contexto das EB1. E faria sentido. O que há neste momento são miúdos que jogam à bola, depois vêm comer à escola e voltam à rua para jogar a bola. Este não é o tipo de resposta. Temos de fazer um pequeno salto nas respostas que estamos a dar. Há depois o elemento decisivo, nos próximos dois ou três anos para o país, que é o emprego. Temos de encontrar no concelho mecanismos de atratividade de empresas. Mas também encontrar modelos, testados noutros países, de negócios locais. Temos na economia social e no corporativismo exemplos de economia que tem permitido gerar emprego sustentável...

Ou seja...

Dois ou três exemplos. Na educação: nos cuidados à primeira infância uma clara ausência de infra estruturas no município. Reconheço que não é fácil fazer proposta de construção de creches numa altura em que a Segurança Social fechou os financiamentos. As amas sociais (uma pequena experiência que o Estado tentou implementar ao nível social) pode ser um modelo a incorporar no município, numa lógica corporativa, ou dentro de uma freguesia ou em espaços que envolvam mais que uma freguesia, potenciando, por exemplo, formação de pessoas beneficiárias de subsídio de desemprego ou de rendimento de inserção social, que se requalificam para funções deste género. Segundo exemplo: gestão e resposta aos serviços básicos de condomínios. Hoje é feita numa lógica absoluta de informalidade que deixa o condomínio provavelmente um pouco beneficiado, mas deixa também as pessoas que prestam o serviço completamente desamparadas no futuro contributivo. O que podemos fazer? Encontrar modelo de organização de base não empresarial, mas corporativa, que responda em concreto a este domínio.

Vereadores do poder na "penumbra"

Este tipo de propostas são difíceis de chegar à concretização quando se é vereador da oposição?

São! São muito difíceis... Por dois fatores. Primeiro porque as pessoas ainda andam mais predispostas para as propostas de caráter infraestruturalista, ou seja do betão, uma via nova, uma extensão de metro, do que propriamente para o domínio ligado à prestação de serviços. O PS quer fazer intervenções estruturais: assumimos a construção do novo hospital, a extensão da linha do metro a Vila d'Este, não faltam obras estruturalistas. Mas, paralelamente, temos domínio de intervenção que não é tão fácil de veicular até na própria imprensa. Votamos contra o estacionamento pago na orla marítima, não houve visibilidade; contra o contrato de substituição de viaturas do município, o ano passado, não houve grande visibilidade; votamos contra o aumento das senhas das cantinas escolares, não houve grande visibilidade. Há um conjunto de domínio que as pessoas estão menos vocacionadas para valorizar. Pelo menos para já. Depois há um segundo aspeto que tem de ser reconhecido. Na câmara municipal, a área de influência de um vereador da oposição está circunscrita. E não tem que ver com a nossa vontade, mas sim com modelo de funcionamento do poder local. São vereadores que não têm pelouro e têm baixa capacidade de intervenção. Isto é tão verdade que os próprios vereadores do poder, que têm pelouros e condições técnicas e logísticas para o exercício do seu mandato, acabam eles próprios por estarem tão na penumbra, ou mais, do que os vereadores da oposição. É um problema estrutural.

Estão na penumbra porquê? Estão mais limitados porquê?

Em alguns casos, acho claramente que é por falta de capacidade. Noutros casos, por razões que têm que ver com o caráter minimalista que lhes é posto no exercício do mandato. Por exemplo, o pelouro da cultura... estamos perante um vereador que até acredito que tivesse uma série de potencialidades e que tem feito abordagem muito minimalista à política cultural do concelho, valorizando muito aquilo que é de 'encomenda' e desvalorizando o que é o tecido associativo local e a comunidade de base local. Outro exemplo: em domínios mais ligados à vanguarda, por exemplo em questões do ambiente ou ação social, o trabalho tem sido bastante redutor. Acho, portanto, que é um misto das duas coisas. O que os vereadores do PS têm tentado fazer é, de uma

agregar com Estação Litoral da Aguda. Gaiurb para extinguir, mantendo transitivamente a Gaia Social que será, do nosso ponto de vista, não a entidade gestora da habitação social, mas a entidade aglutinadora dos projetos ligados à habitação. Veja: as funções fundamentais da Gaianima estão, neste momento, completamente assumidas pela câmara. Até os monitores das AEC's, que eram outrora contratados pela Gaianima, e que durante anos fui insistindo na assembleia municipal - mesmo enquanto presidente de junta - que esses animadores deviam ser enquadrados na câmara e com contrato e não a recibo verde, neste momento estão na câmara. A grande função deste tipo de empresas municipais, que foi durante um determinado momento agilizar processos de contratação pública e a contratação de serviços, neste momento não faz sentido nenhum. A lei mudou. Quando, pela primeira vez, o PS falou da diminuição das empresas municipais, nas últimas Autárquicas, fomos arrasados pelo PSD e pelo dr. Menezes com a ideia de estarmos a ser hiper radicais. Bastou um ano para o dr. Menezes passar de nove para três. Aquilo que estamos a dizer é tão somente o que vai na cabeça de quem quer gerir bem o município e de quem não o pode fazer numa lógica partidária. Queríamos fazer passar isso com transparência. A primeira das transparências é saber a quem é que a Gaianima paga? Pedimos, há um ano e meio, o quadro do pessoal da Gaianima. Queríamos saber a quem é que a Gaianima está a pagar. É muito importante que saibamos se de fato aqueles que recebem pela Gaianima são prestadores de serviços ou se são outras coisas... até ao momento ainda não nos foi possibilitada essa informação. (ver quadro)

Esta mudança de direção da Gaianima [Ricardo Almeida em vez do falecido Néilson Cardoso] mudou alguma coisa?

Penso que não! As grandes linhas continuaram.

Freguesias desenvolvem conforme os "humores do vereador de obras"

E a relação com as juntas de freguesia. Há alguma proposta neste sentido?

Esse é outro domínio de ação do PS. O partido quer garantir o respeito e a valorização das juntas de freguesia. Isso nem sempre tem sido feito. Valorizar a ação das juntas de freguesia é absolutamente central. Não significa dar mais dinheiro, embora elas precisem. Significa sim envolver as juntas em processos de decisão. Veja, por exemplo, o vice-presidente da câmara, que se tem pautado por ser uma figura particularmente radical no combate político que faz (sobretudo quando pode conciliar o radicalismo a alguma cobardia, porque é o radicalismo de quem pode dizer o que lhe apetece, com a cobardia de quem sabe que não pode ter resposta, porque está a falar numa assembleia municipal onde não posso responder), mas veja como o vice-presidente tem assumido, na relação com as juntas de freguesia e com os equipamentos sociais um papel particularmente seletivo. E isto pode significar que as freguesias se desenvolvam a velocidades diferenciadas, não por razões desenvolvimentistas, mas por razões de humores do vereador de obras.

Seletivo em termos partidários?

Também. Com certeza. Veja como, por exemplo, o mesmo vereador, o vice-presidente da câmara, que tem o pelouro da educação - embora, tanto se conheça, tem o pelouro das obras nas escolas, que é diferente da educação, apesar de

ele pensar que é a mesma coisa - como tem tratado de forma obscura e obscurantista as fusões de agrupamentos no município. Noutros sítios, está a ser discutido na rede social, com as juntas de freguesia, com os parceiros... aqui, ao que se sabe, os presidentes da junta não sabem absolutamente nada. Aqui está um exemplo de como nós precisamos de uma nova abertura democrática, de uma nova transparência num município que está muito viciado por rotinas, que não são aquelas que defendemos.

Vai candidatar-se independentemente de quem for o candidato do PSD?

São duas perguntas. Primeira: há fortes probabilidades de, acoplada a esta candidatura concelhia, surgir uma disponibilidade efetiva da minha parte para assumir uma candidatura à câmara. Segunda: a assumir a candidatura, ela será feita independentemente de quem for o candidato do PSD. E lastimo muito que haja gente no PSD, algumas das quais pelas funções recentes que ganharam, nomeadamente de vice-presidente, deviam ter um sentido de estado maior... deixem de se meter onde não devem e tratem da vida partidária. Não fica bem, até para a imagem que as pessoas têm de nós, não fica bem ter intervenções cirúrgicas na vida interna dos outros partidos. O PSD também vai ter eleições concelhias e não me caberá meter nas disputas que lá vão ocorrer. O PS não está sequer interessado em saber quem é o candidato. Não me diz respeito. Diz-me respeito é criar as condições para que o PS seja verdadeira alternativa, não pelos decibéis dos berros, mas pela qualidade das propostas. E diz-me também respeito criar na sociedade gaiense um sentimento de crença, de convicção, um sentimento positivo relativamente às nossas propostas.

2013 é, com toda a certeza, o ano de Eduardo Vitor Rodrigues?

Como presidente da concelhia, levando o partido à vitória... acredito bem que sim! Como putativo candidato, se as condições forem as que existem neste momento, acho que há no partido suficiente coesão e suficiente ambição para que possa ser realidade... mas não é uma obsessão. Não me sinto político. Honestamente, sinto-me um académico que está um 'bocadinho' na política a dar um contributo. Nunca fui um profissional da política. Mesmo quando fui presidente de junta, fui voluntário. Nunca fui um profissional da política e não ambiciono nenhuma das mordomias que a política dá, nem nenhum dos lugares que a política dá. Ambiciono, tão só, servir o meu município, da forma como julgar que é melhor para o município e como o município julgar que é melhor para ele próprio.

Entrevista realizada na Secção de Sta Marinha

Reorganização de Freguesias

Uma crítica que lhe têm feito é a alegada falta de posição do PS Gaia quanto à reorganização das freguesias. Qual é a posição do PS no que diz respeito a esta questão?

Como esta é uma questão muito séria, preciso de dizer duas notas prévias, respondendo a essa crítica. Em primeiro, o PS Gaia fez o que mais nenhum partido, e mais nenhum PS fez no distrito do Porto, que foi ir a todas as freguesias, sem exceção, e reunir com os militantes e a população. 24 reuniões com os militantes e 24 que fizemos com a população. Estive em todas. Entre outubro e dezembro, fiz 48 reuniões no município. É curioso que alguns que me acusam de não ter estratégia, nessas reuniões, nas suas freguesias, não estiveram presentes e não deram a sua opinião. Provavelmente porque não a têm. Depois, sei que uma das propostas que o meu adversário está a fazer, fez agora em São Félix da Marinha, é que o concelho de Gaia deveria passar a ter oito freguesias. Mas, depois, gera-se uma situação curiosa. Ele vai a São Félix e diz: 'deve ter oito freguesias, o município, mas a vossa fica autónoma'. Vai a Pedroso e diz: 'deve ter oito freguesias, o município, mas a vossa fica autónoma'. Vai a Vilar de Andorinho e diz: 'deve ter oito freguesias, o município, mas a vossa fica autónoma'. Ou seja, no final, vai 'manter' as 24. Isto é hipocrisia! Com toda a certeza, as pessoas quando se apercebem disto, acumulam mais um elemento para aumentar a descrença que têm na política e nos políticos, mesmo quando são políticos desta natureza. Depois... a ausência de mapa... o PS não pode ter mapa... a lei já mudou três vezes, desde o Livro Verde. O PS a ter mapa já tinha era de ter uma coleção de cartografia, porque tinha de ter um mapa para cada momento. Se, neste momento, estamos a discutir princípios, não faz qualquer sentido ter um mapa. Em segundo lugar, penso que nos estão a valorizar em excesso. O PS tem três vereadores em 11. Temos 29% na assembleia municipal. O PSD sozinho pode aprovar todo o mapa que quiser. De que me vale estar a 'por-me em bicos de pés' relativamente a um assunto tão sério como este? O que quero é que PS tenha uma ação séria, refletida, pensada e que o faça de forma articulada com o município e com a câmara municipal. Acho que, neste domínio, o dr. Menezes tem tido um comportamento absolutamente impecável. Tem sabido transformar este assunto num assunto de tranquilidade para o município e tranquilidade para as freguesias. A seu tempo, quando tivermos a certeza de qual vai ser a lei, admito que o partido possa começar a perspetivar o seu grande objetivo. O PS tem posição muito clara, que foi sufragada por unanimidade na comissão política, que diz, em primeiro lugar, que estamos contra um modelo de reorganização do poder local que exclua as câmaras municipais; em segundo, no contexto da putativa reorganização das freguesias, faz mais sentido reorganizar as urbanas do que as interiores, porque os serviços de proximidade que as freguesias do interior prestam são mais importantes para os cidadãos do que nas freguesias urbanas. Este é um paradigma oposto ao defendido pelo governo. Temos uma posição clara. Não quero usar as fusões de freguesias para me 'põe em bicos de pés', porque não preciso. Não compreendo esta crítica!

